



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

- 1 Ata da 52ª Reunião Ordinária do CBH-SJD, realizada na Câmara Municipal de Jales SP,  
2 em 29/06/2017 às 09hs30min.

<b>Relação dos membros do Plenário – Presentes</b>	
<b>ENTIDADE</b>	<b>NOME</b>
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB/Jales	P/P Sílvio Beraldi
Escritório de Desenvolvimento Rural - EDR/CATI -Regional Jales	Florisvaldo Capato
Secretaria da Saúde - Grupo de Vigilância Sanitária - Núcleo Jales	José Carlos Zambom
Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE/BTG	Eli Carvalho Rosa
Prefeitura Municipal de Jales	Flávio Prandi Franco
Prefeitura Municipal de Guzolândia	P/P Luiz Antonio Pereira de Carvalho
Prefeitura Municipal de Nhandeara	P/P José Aldo Borini
Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista	P/P José Marcos Alves
Prefeitura Municipal de Pontalinda	P/P Elvis Carlos de Souza
Prefeitura Municipal de Rubinéia	P/P Aparecido Goulart
Prefeitura Municipal de Três Fronteiras	P/P Rubens José Belão
Prefeitura Municipal de Urânia	P/P Marcio Arjol Domingues
Prefeitura Municipal de Monte Aprazível	P/P Nelson Luiz Aranjues Montoro
Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul	P/P Ademir Maschio
Prefeitura Municipal de Sebastianópolis do Sul	P/P José Antonio Menoni
APRUPO - Associação de Produtores Rurais de Pontalinda	Alessandro Nunes Ferreira
FIESP / Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	Débora Riva Tavanti Morelli
Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales	Neli Antonia Meneghini Nogueira
PEIXESP – Associação de Piscicultores em Águas Paulistas e da União	Marilsa Patrício Fernandes
Sindicato Rural – Sindicato Rural de Santa Fé do Sul	Luiz Antonio Bermal Salvador
SEARVO - Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Votuporanga -SP	Evaldo Dias Fernandes



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

ABES/SP – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção São Paulo

Nelson Luiz da Silva

3 Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho do ano de 2017, às 09h: 30 min., o Secretário  
4 Executivo do CBH - SJD, Eng.º Eli Carvalho Rosa, deu início à 52ª Reunião Ordinária do  
5 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados, na Câmara Municipal de Jales –  
6 Plenário “Pres. Tancredo Neves”, situada na Rua 06 nº. 2241, Centro, em Jales – SP, onde  
7 cumprimentou e convidou a todos para ocuparem seus respectivos assentos e apresentou a  
8 mesa formada pelo Presidente do CBH-SJD, o Prefeito de Jales, Flávio Prandi Franco, o  
9 Coordenador da CTPLAN, o Eng.º. José Roberto Bóis, funcionário da Secretaria Municipal de  
10 Agricultura de Jales e a Eng.ª Eliana C. Mariano Nogarini, funcionária do DAEE – Jales.  
11 Agradeceu o apoio de todos pela organização e realização desta Plenária e passou então a  
12 palavra para o Presidente do CBH-SJD, Flavio Prandi Franco, que cumprimentou a todos os  
13 representantes do Estado, Prefeituras e Sociedade Civil presentes e desejou um bom dia de  
14 trabalho a todos. Na seqüência, passou a palavra para o Secretário Executivo do CBH - SJD,  
15 Eng.º Eli Carvalho Rosa para os “Informes da Diretoria” e o mesmo informou que receberam  
16 uma carta do Fórum Nacional dos Comitês de Bacia Hidrográfica, datada em 23 de junho de  
17 2017, assinada pelos seus dois Presidentes, Affonso Henrique de Albuquerque Jr. e Luiz  
18 Carlos Souza Silva. O assunto foi a posição do Fórum Nacional dos Comitês de Bacia  
19 Hidrográfica sobre o Projeto de Lei da Câmara de nº. 315/2009. Esse documento tem a  
20 seguinte redação: o Fórum Nacional dos Comitês de Bacia Hidrográfica, estância colegiada  
21 formada pelo conjunto dos representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica, legalmente  
22 instituídos no âmbito do Sistema Nacional e também Estadual do Sistema de Recursos  
23 Hídricos, do território nacional, vem por meio deste, ratificar posição contrária ao Projeto de  
24 Lei da Câmara nº. 315/2009. O referido PLC tem como objetivo alterar a distribuição da  
25 compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH). Atualmente, de  
26 acordo com a Lei Nacional 8001/90, de 13 de março de 1990, define os seguintes percentuais  
27 de distribuição da CFURH: 45% para os Estados, 45% para os Municípios e 10% para a  
28 União, sendo 3% para o Ministério do Meio Ambiente, 3% para o Ministério de Minas e  
29 Energias e 4% para o Fundo Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico. O Projeto  
30 da Lei 315/2009 muda estes percentuais e propõe que os Municípios passem a receber 65%  
31 da compensação financeira, ou seja, mudando de 45 para 65% e os Estados mudando de 45  
32 para 25%. Com estas mudanças propostas nesta lei pode se ocasionar um desmonte do  
33 sistema de gerenciamento de recursos hídricos no país e atingir todos os Estados. Essa  
34 moção foi enviada para o Excelentíssimo Senhor Eunício Oliveira, Presidente do Senado  
35 Federal. Com essa redução do percentual, da compensação financeira para os Estados,  
36 praticamente se anula o sistema de gerenciamento de Recursos Hídricos e isso está no  
37 senado para ser aprovado. O segundo informe da Diretoria foi o ocorrido na semana anterior  
38 em Florianópolis, no Encontro dos Organismos de Bacia da América Latina, REBOB, cujo  
39 tema foi a "Gestão das Bacias Hidrográficas Frente às Mudanças Climáticas". Essas  
40 mudanças climáticas que tem ocorrido no Estado de São Paulo iniciou-se em 2014 com o  
41 rebaixamento do lençol freático, rebaixamento do nível dos lagos, reservatórios e rios e isso  
42 tem afetado também outros Estados da federação. Assim, ocorreram várias palestras sobre  
43 isso e em uma delas, pode-se ouvir os colegas do DAEE, Rio Paraíba do Sul, da região de  
44 Taubaté, com alguns dados interessantes. Houve a criação do Comitê Federal do Rio Paraíba  
45 do Sul, que é composto por 3 (três) Estados: MG, SP e RJ, sendo que o Estado de Minas  
46 Gerais participa com 88 (oitenta e oito) municípios, o estado de São Paulo com 39 (trinta e  
47 nove) municípios e o Estado do Rio de Janeiro com 57 (cinquenta e sete) municípios,  
48 totalizando 184 (cento e oitenta e quatro) municípios. Esse Rio é importantíssimo naquela  
49 Bacia porque é usado predominantemente para abastecimento público principalmente o RJ  
50 que é o mais afetado pelo rebaixamento do nível do Rio Paraíba do Sul. Foi criada para este  
51 Comitê uma Câmara Técnica Consultiva, que realizou um diagnóstico inicial da Bacia e



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

52 apresentou alguns desafios, sendo eles, o Monitoramento da nascente à foz, campanha pelo  
53 uso racional da água, envolvendo todos os municípios, Implantação do PSA (Pagamento por  
54 serviços ambientais) e Elaboração de um plano de recuperação e investimento. Esses  
55 desafios foram lançados no Comitê Paraíba do Sul tendo como preocupação principal o  
56 abastecimento público. Na Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados também  
57 ocorreram alguns casos em que os níveis de água reduziram drasticamente, afetando a  
58 irrigação e piscicultura, e o Ministério Público acionou o Comitê para ser o protagonista na  
59 resolução destes problemas, intermediando entre Ministério Público Federal e a Barragem de  
60 Ilha Solteira. Na seqüência, o Secretário Executivo passou a palavra para o Presidente do  
61 CBH-SJD, Flavio Prandi Franco que seguiu a ordem do Edital de convocação e submeteu à  
62 Plenária, a Ata da 51ª Reunião do CBH-SJD, a qual todos receberam juntamente com o  
63 material impresso. A mesma teve dispensada sua leitura proposta pelo representante da  
64 Prefeitura Municipal de Jales, o engº José Roberto Bóis, tendo em vista sua divulgação no  
65 site do Comitê no dia 19 de junho. Aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente do  
66 CBH-SJD, Flavio Prandi Franco, convidou a Eng.ª Eliana C. Mariano Nogarini, funcionária do  
67 DAEE – Jales, para fazer a apresentação do Relatório de Situação com base em Indicadores  
68 dos Recursos Hídricos da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI- 18) do  
69 CBH-SJD, ano de 2017. A Eng.ª Eliana cumprimentou a todos e fez a apresentação do  
70 Relatório de Situação de acordo com as diretrizes e critérios apresentados na Deliberação  
71 CRH 146/2012 e informou que o Relatório de Situação completo está disponível no site do  
72 CBH-SJD e SIGRH e que a mesma está disponível para qualquer dúvida ou consideração. A  
73 **Deliberação CBH-SJD nº. 187/17 de 29/06/17** – “Aprova o Relatório de Situação com base  
74 em Indicadores dos Recursos Hídricos da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos  
75 (UGRHI- 18) do CBH-SJD, ano de 2017” foi colocada em votação e aprovada por  
76 unanimidade. Dando seqüência, o Presidente do CBH-SJD, Flavio Prandi Franco, passou a  
77 palavra para o Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação (CTPLAN),  
78 engº José Roberto Bóis, que cumprimentou a todos e apresentou os projetos habilitados para  
79 os Recursos FEHIDRO/2017. Informou que este é o resultado de 02 (duas) reuniões  
80 realizadas para análise dos projetos e que a Câmara Técnica é composta por membros dos 3  
81 (três) segmentos, Estado, Municípios e Sociedade Civil. Foram protocolados 15 (quinze)  
82 projetos e dentre estes 06 (seis) foram habilitados. Os 6 (seis) projetos habilitados foram: 1 -  
83 P.M. de Monte Aprazível, Plano Diretor Municipal de controle de erosão rural do município. 2 -  
84 P.M. de Auriflamma, Plano Diretor Municipal de controle de erosão rural do município. 3 - P.M.  
85 de Jales, Implantação da 2ª etapa da 2ª vala do aterro sanitário municipal. 4 - P.M. de Urânia,  
86 Encerramento e ampliação do aterro sanitário em valas do município. 5 - P.M. Palmeira D’  
87 Oeste, Empreendimento: Implantação do sistema de esgotamento sanitário do distrito de  
88 Dalas (Rede coletora e emissário de esgotos). 6- P.M. de Pontalinda, Obra de implantação de  
89 galerias de águas pluviais. Os projetos não habilitados que estão apresentados no material  
90 impresso com as devidas justificativas são: 1 - Prefeitura de Nova Canaã Paulista - T.R  
91 Estudos e projetos de micro e macrodrenagem em Socimbra e estudos de macrodrenagem na  
92 área periurbana do município de Nova Canaã Paulista. 2 - Companhia de Saneamento Básico  
93 do Estado de São Paulo - SABESP - Estudo de concepção e elaboração de estudos de  
94 alternativas para o sistema de tratamento dos esgotos sanitários para o Município de Jales. 3 -  
95 Prefeitura Municipal de São João de Iracema - Elaboração de projeto visando readequações  
96 da estação de tratamento de esgoto (ETE) retirada e destinação final do lodo e cadastro. 4 -  
97 Prefeitura Municipal de Dirce Reis - Implantação de galeria de águas pluviais – trechos 1 a 8 –  
98 Rua : Monteiro Lobato, Sub bacia “B” no município. 5 - Prefeitura Municipal de Aparecida  
99 D’Oeste - Elaboração de estudos e projetos de macrodrenagem na bacia do perímetro urbano  
100 de Aparecida D’Oeste. 6 - Prefeitura Municipal de Nhandeara - Ações de recuperação florestal  
101 na microbacia do Ribeirão Ponte Nova visando o abastecimento público do município. 7 -  
102 Prefeitura Municipal de General Salgado - Projeto de recuperação e re-naturalização do



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

103 córrego Buritis nos trechos urbanos da bacia do rio São José dos Dourados no município. 8 -  
104 Prefeitura Municipal de Marinópolis - Plano Municipal de Saneamento Básico do município. 9 -  
105 Prefeitura Municipal de Guzolândia - Construção de galeria em diversos trechos do município.  
106 Neste momento, Marilsa Patrício Fernandes, representante da Associação de Piscicultores em  
107 Águas Paulistas e da União (PEIXESP), pediu a palavra e perguntou o que é feito com o valor  
108 do investimento que sobrarão pois segundo suas contas, o valor total dos projetos habilitados é  
109 menor que o montante previsto para 2018. O eng<sup>o</sup> José Roberto Bóis respondeu que o valor  
110 retorna para os investimentos do ano posterior, pois neste ano não houve tempo hábil para  
111 uma segunda chamada de protocolo de projetos. A representante da PM de Nhandeara  
112 também pediu a palavra e justificou que a situação do Ribeirão Ponte Nova, de seu município,  
113 esta sendo estudada desde 2012 e que existe um inquérito civil no Ministério Público para se  
114 resolver este problema sobre a falta da carta de anuência dos proprietários. O eng<sup>o</sup> José  
115 Roberto Bóis respondeu que infelizmente não seria possível habilitar o projeto da PM de  
116 Nhandeara porque há uma deliberação do CBH-SJD que deve ser respeitada. Débora Riva,  
117 representante da FIESP, propôs duas correções na Deliberação, pois no último considerando  
118 da Deliberação, onde é citada AD Referendum da Deliberação CRH, não é mais Ad  
119 Referendum e no parágrafo único cita a deliberação 181 dos PDCs e houve uma atualização  
120 que é a 190 /2016, portanto que seja verificado os PDCs dos Empreendimentos inabilitados. O  
121 eng<sup>o</sup>. José Roberto Bóis respondeu que ia ser verificado. Então, o Presidente do CBH-SJD,  
122 Flavio Prandi Franco colocou a **Deliberação CBH-SJD nº. 188/17 de 29/06/2017** - Indica  
123 prioridades de investimento visando obtenção de recursos junto ao FEHIDRO, exercício 2017  
124 e dá outras providências em votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. O Secretário  
125 Executivo do CBH - SJD, eng.º Eli Carvalho Rosa, informou neste momento que foi idéia da  
126 Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos ajudar os municípios, retirando dinheiro dos  
127 Comitês para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, este projeto está em  
128 execução por duas empresas que ganharam a licitação em São Paulo e estão visitando todos  
129 os municípios que ainda não têm o plano. O CBH-SJD teve problemas com dois municípios,  
130 Nova Canaã Paulista e São Francisco, eles assinaram no mês de junho do ano passado  
131 aderindo a esse projeto da Secretaria e paralelamente apresentaram projeto aqui no CBH e  
132 foram habilitados. Então nosso Coordenador de Recursos hídricos, Dr. Rui Brasil Assis, enviou  
133 uma carta a estes dois municípios informando que os planos seriam elaborados pela  
134 Secretaria e não com os recursos do CBH. O Presidente do CBH-SJD, Flavio Prandi Franco,  
135 agradeceu a presença de todos e deu-se por encerrada a **52ª Reunião Ordinária do CBH-**  
136 **SJD.**  
137